

# EUROPA



António Costa

## Editorial

### OS GRANDES TEMAS DA PRESIDÊNCIA LUXEMBURGUESA

## GRUPO SOCIALISTA QUER NOVO IMPULSO PARA ESTRATÉGIA DE LISBOA

Três grandes temas dominam a agenda da nova presidência luxemburguesa: a avaliação de meio percurso da Estratégia de Lisboa, a revisão do PEC, a definição das perspectivas financeiras 2007/2013. Três questões centrais para o futuro da Europa.

A Estratégia de Lisboa consagrou o ambicioso objectivo estratégico da Europa se tornar "no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social e levada qualidade ambiental." Neste objectivo, encerra-se a escolha de um modelo de sociedade e uma opção sobre a inserção da Europa na economia globalizada. Aqui se recusou uma deriva de regressão social. A Europa quer competir na economia do conhecimento, em que a coesão social e a qualidade ambiental são factores de competitividade e não pesados fardos que encarecem os nossos produtos e serviços.

Renova-se assim a confiança no modelo social europeu, em que as dimensões económica, social e ambiental, se conjugam, reforçando-se mutuamente.

A clarificação da unidade estratégica destas três vertentes é essencial, para travar a tentativa de desvirtuamento neo-liberal da Estratégia de Lisboa, permitir a adequada definição das diferentes políticas que a concretizam, e consolidar a base social de apoio indispensável ao enorme esforço que a sociedade europeia tem de realizar para alcançar nos prazos previstos nos objectivos fixados.

O exercício de avaliação de meio percurso da concretização da Estratégia de Lisboa deve ser aproveitado para melhorar os instrumentos e o quadro institucional da sua prossecução.

Desde logo, é necessário que a **definição das Perspectivas Financeiras 2007-2013** e a **revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento** sejam orientados para a concretização da Estratégia de Lisboa. É essencial que a União e os Estados membros concentrem a utilização dos seus recursos neste objectivo estratégico.

Em particular quanto ao PEC, importa que não se limite a garantir os equilíbrios macroeconómicos, enquanto pressupostos de uma estratégia de crescimento e de criação de emprego, mas que se constitua também como instrumento activo de orientação para uma despesa pública de qualidade, centrada na concretização deste objectivo essencial para a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo da economia e do modelo social e ambiental europeu.

Como temos defendido, a revisão do PEC não deve ser entendida como uma oportunidade para o laxismo, mas como a necessidade de o converter num instrumento inteligente que assegure a qualidade da despesa pública tendo em vista a concretização dos objectivos estratégicos da União.

A coincidência destes três grandes temas na presidência luxemburguesa é uma oportunidade única de os abordar conjunta e positivamente.



Dar um novo impulso à Estratégia de Lisboa e fazer com que a União Europeia se aproxime o mais possível das metas estabelecidas originalmente, de forma a tornar-se a economia mais competitiva do mundo baseada no conhecimento, é o principal objectivo de um documento agora aprovado pelo Grupo Socialista intitulado "uma Europa de Excelência – a Estratégia de Lisboa: passar das intenções aos resultados".

Apesar da percepção de que houve progressos económicos, sociais e ambientais, os deputados socialistas estão convictos que é possível fazer mais e melhor. Neste sentido, o documento do Grupo Socialista, para o qual os deputados portugueses deram contributos vários, aponta três argumentos que justificam porque razão a implementação da Estratégia de Lisboa foi desapontadora e o que é necessário fazer para obter melhores resultados nos próximos cinco anos.

O primeiro desses argumentos culpa os Estados-membros por não terem ido tão longe quanto poderiam para implementar a Estratégia de Lisboa, sendo necessário, para alterar esta situação, que as políticas "sejam melhor centradas nos seus objectivos, menos tecnocráticas e mais democráticas", envolvendo neste debate todos os principais agentes políticos, económicos e sociais. Em segundo lugar, as autoridades políticas "precisam de perceber a estratégia, acreditar nela e agir em consequência".

Finalmente, "a Europa não conseguirá crescer, criar empregos e coesão social a não ser que o quadro macro-económico esteja também em consonância com a Estratégia de Lisboa".

Num mundo globalizado e em que os mercados, as tecnologias e os modelos empresariais estão em constante e acelerada mutação, a União Europeia para se tornar competitiva no século XXI tem de apostar decididamente na excelência. "A escolha da Europa, expressa na declaração de Lisboa, é a de basear a sua estratégia

para a competitividade na excelência, na elevada qualidade da sua força de trabalho, nas suas empresas e na sua produtividade", afirma o documento.

O documento do Grupo Socialista considera que, para que a Estratégia de Lisboa dê os resultados pretendidos, é necessário implementar "mudanças radicais" em diversas áreas chave, situadas em três grandes domínios:

1. "Desbloquear o potencial produtivo". Trata-se de um pressuposto determinante para que, através de um mercado interno unificado e com uma governação económica coerente, haja um quadro de crescimento sustentado e com empregos de qualidade. Sem mais e melhores empregos, não será possível implementar reformas amplamente aceites e apoiadas.
2. "Implementação, pertença e democracia", constituem os elementos determinantes para que instrumentos fortes de governação possam criar as condições para que a União Europeia e os Estados-membros possam implementar as políticas constantes da Estratégia de Lisboa.
3. "Políticas de Excelência". Neste domínio, trata-se de implementar as mudanças necessárias de forma a criar excelência a nível social e ambiental, e fazer do empreendedorismo e da economia do conhecimento uma fonte de competitividade para a Europa e para a economia global.

Os socialistas europeus pretendem também com o documento dar um contributo para impedir que a Estratégia de Lisboa seja desvirtuada por quem a quer reduzir a uma apologia de "mercados mais abertos e negócios menos regulamentados".

Dada a relevância deste documento, a próxima edição do suplemento "Europa" voltará a referir-se a ele, fazendo então a abordagem das propostas concretas para cada uma das áreas atrás referidas.

## A Europa vista de Portugal

Agenda de Lisboa  
– a solução viável

A questão chave que Portugal vai enfrentar nos próximos tempos, num momento de oportunidade motivado pelo alargamento e de fragilidade decorrente da má governação da coligação PSD/PP, é a de saber se se consegue manter no "pelotão da frente" da construção europeia a que acedeu com a entrada na moeda única, ou se resvala para um pelotão periférico de países marginais e apenas preocupados em entrar na meta dentro do controlo, ou seja, em cumprir de forma mais ou menos virtual os normativos de regulação económica e monetária impostos pela União Europeia.

A governação da coligação PSD/PP falhou em toda a linha a consolidação da posição do País no designado pelotão da frente, onde foi colocado com lucidez e pertinência pelos governos da Nova Maioria.

Durante a governação do PSD/PP o País cresceu menos que a média europeia, perdeu competitividade e não corrigiu o desequilíbrio estrutural das contas públicas. Neste como noutros tempos de dificuldade, os portugueses voltam a manifestar sinais de confiança no PS, como repositório de esperança para que um futuro de desenvolvimento e equidade volte a ser possível. O desafio e a responsabilidade do PS são por isso enormes. Não teremos previsivelmente nos próximos tempos acesso a um acréscimo significativo de recursos para o desenvolvimento. Também não é expectável nem desejável uma redução significativa dos encargos com a prestação dos serviços de interesse público e com o funcionamento da máquina administrativa do Estado. Por isso, o caminho crítico a percorrer tem forçosamente que passar pela modernização de processos e de mecanismos de resposta, capazes de crescer a produtividade e a qualidade da oferta, sem fazer disparar a despesa associada.

A aposta na qualificação é assim, sem surpresa, a única solução viável para consolidar o País no pelotão da frente da União Europeia. Portugal, que conseguiu mobilizar a Europa para o mais ousado e avançado programa de modernização económica desenhado pela União Europeia – a Estratégia de Lisboa – não pode continuar a ser relapso na aplicação da sua agenda, adaptada aos desafios específicos do País e à evolução económica entretanto verificada à escala global.

Muitos recursos já foram investidos no passado sem grande sucesso, em actividades e projectos de qualificação. Por isso neste domínio e sobretudo nele, a concretização da agenda de Lisboa deve ser acompanhada por um processo determinado de inovação nos métodos e nos modelos institucionais de suporte. A qualificação para ser eficaz tem que ser referenciada a uma estratégia global de modernização e posicionamento internacional do País. Em função dessa estratégia, qualquer impulso qualificador tem que ser posto em prática de forma integrada, cruzando a qualificação dos indivíduos, com a qualificação das organizações e com a qualificação dos territórios, de forma a fazer emergir competências específicas geradoras de riqueza, a partir das pessoas, das empresas e das regiões.

A qualificação não pode ser assim a tarefa de um sector vertical por mais alargado que seja. Tem que resultar de apostas transversais, ao nível da estratégia, da educação e formação profissional, da ciência e inovação, da modernização da administração pública e do desenvolvimento dos territórios. É esse o espírito da Estratégia de Lisboa, que urge colocar na agenda e na prática política.

É tradicional na atitude e no comportamento dos portugueses uma constante fuga em frente, com concepções inovadoras que se sucedem a um ritmo que não permitem qualquer concretização significativa. Não podemos embarcar nessa deriva. A Estratégia de Lisboa devidamente actualizada é um caminho de futuro para a modernização económica com consciência social, de que precisamos. Focalizemo-nos pois na sua aplicação. A solução viável que procuramos para Portugal está mais na capacidade de fazer o que concebemos com mérito reconhecido, do que na invenção permanente de propostas mirabolantes para consumo mediático.



CARLOS ZORRINHO

PARLAMENTO EUROPEU DEFENDE  
NOVA ABORDAGEM NO COMBATE À DROGA

Uma recomendação para que os Estados-membros da União Europeia adotem uma nova estratégia de combate ao problema das drogas e da toxicod dependência, mais assente na utilização de dados científicos, e na prevenção e na reabilitação das pessoas atingidas pelos consumos, foi aprovada na sessão plenária de Dezembro do Parlamento Europeu, com os votos favoráveis dos deputados do Grupo Socialista.

O relatório contou com um conjunto de propostas apresentadas pelo deputado António Costa, presidente da delegação portuguesa e membro da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu, no sentido de tornar a estratégia de combate à droga na União Europeia mais eficaz e consistente.

Entre as propostas aprovadas, destaque para as que defendem um aumento da pesquisa social e científica sobre substâncias ilegais para fins médicos relevantes, o aumento da oferta de programas de apoio aos toxicod dependentes, designadamente para prevenção de doenças infecto-contagiosas e a criação das condições necessárias para o desenvolvimento de programas de cooperação com organizações não governamentais para avaliação do impacto social das políticas de combate à droga.

A recomendação aprovada, com 285 votos a favor, 273 contra e 23 abstenções, propõe que as políticas nacionais de combate à droga sejam consideravelmente diferentes daquilo que são actualmente, defendendo que deve ser dada prioridade à protecção da saúde e melhoria do bem estar dos consumidores

de drogas. Neste sentido, preconiza a criação de programas de redução de danos com o principal objectivo de evitar a disseminação da Sida e de outras doenças transmitidas através do sangue.

O Parlamento Europeu recomenda aos Estados-membros que estabeleçam normas mínimas para as medidas de reabilitação, em vez de conceder uma importância exagerada aos tratamentos *a posteriori* com base em substitutos de drogas. Por outro lado, defende uma aposta maior na informação e na prevenção e nas medidas destinadas a impedir a marginalização das pessoas com problemas de toxicod dependência.

A recomendação pede igualmente que sejam levados em conta os resultados encorajadores obtidos e bem documentados por vários Estados-membros, bem como por outros países europeus que aplicam políticas alternativas naqueles domínios.

O Parlamento Europeu considera que as políticas nacionais de combate à droga devem basear-se em dados científicos no que respeita à utilização de cada tipo de estupefaciente e não em "respostas emocionais". Neste sentido, preconiza uma aumento das verbas destinadas às campanhas de informação, bem como as consultas à sociedade civil e aos profissionais que trabalham nestas áreas com vista à análise do impacto das políticas implementadas.

Na votação daquela proposta, o PSD e o CDS/PP (com excepção de dois deputados social-democratas) votaram contra e os eleitos da CDU abstiveram-se.

## Opinião

## A Europa em compasso de espera

A União Europeia foi dotada em 1998 de um quadro de referência para as despesas comunitárias, designado por Perspectivas Financeiras. As crises orçamentais da década de 80 levaram as instituições da Comunidade a acordar num método destinado a reforçar a disciplina orçamental, dominar o aumento total das despesas e assegurar um desenrolar harmonioso do processo. As Perspectivas Financeiras têm como fim introduzir limites máximos, por um lado, à despesa total e, por outro, a cada categoria de despesas. Actualmente, rege-nos o Acordo Interinstitucional de 6 de Maio de 1999, formalizado pelo Conselho Europeu, pelo Parlamento Europeu e pela Comissão, vigente até 2006.

Daí, as negociações para as perspectivas financeiras para 2007-2013 estarem agora na ordem do dia, tendo-se dado início ao processo com a apresentação do "Pacote Prodi", pela Comissão Europeia, em Julho de 2004.

Sinteticamente, os objectivos orientadores destas novas Perspectivas Financeiras dividem-se em quatro grandes rubricas:

- 1. Desenvolvimento sustentável, nas suas componentes de competitividade a favor do crescimento, do emprego e a coesão.** Trata-se da promoção da competitividade empresarial num mercado único plenamente integrado; da promoção do desenvolvimento tecnológico com vista à criação de um espaço europeu de investigação, da melhoria da qualidade da educação e da formação e da interligação da Europa através de redes comunitárias. A convergência dos países da coesão é erigida a objectivo central a par da competitividade regional dos Estados e regiões não abrangidos pela convergência. A cooperação territorial europeia também é contemplada através de programas transfronteiriços e transnacionais.
- 2. Gestão e protecção sustentáveis dos recursos naturais: agricultura, pescas e ambiente.** Engloba as despesas decorrentes da reforma da PAC, da futura política de desenvolvimento rural (a partir de 2006), da nova política comum das pescas a partir de 2003 e das prioridades da política ambiental.
- 3. Cidadania, Liberdade, Segurança e Justiça.** A dotação desta rubrica sofre um aumento considerável tendo em vista a criação de uma política comum de asilo e de imigração a par do reforço da Europol e da Academia Europeia de Polícia.
- 4. A União Europeia enquanto parceiro mundial.** Empenhamento na consolidação das relações bilaterais e fortalecimento da União Europeia nas instituições internacionais, promovendo um multilateralismo eficaz que contribua para a segurança da região e do mundo.

O sucesso das políticas depende da eficácia dos seus instrumentos mas, nesta fase, depende essencialmente de um envolvimento sério e empenhado de todos os intervenientes no processo de aprovação deste quadro financeiro.

Os objectivos da UE a 25 são ambiciosos, bem como os de Portugal, que se apresenta hoje como país no ponto de inflexão, ou cresce ou volta para a famosa cauda da Europa, o que leva a Comissão e o Parlamento Europeu a defenderem o aumento do orçamento comunitário para 1.24 % do Rendimento Nacional Bruto. Mas vários desafios se levantam, a começar pela já tristemente conhecida "carta dos seis" Estados Membros que, no Conselho, se batem por um orçamento comunitário de apenas 1% do RNB... Afinal sempre existe quem queira fazer omeletes sem ovos!

O Parlamento Europeu está empenhado na obtenção de um bom acordo, mas o caminho afigura-se sinuoso. Considero que é de períodos de tensão que a Europa e Portugal ganham forças para definir um rumo, avançarem e se consolidarem.

Portugal, até agora um país de coesão, deve empenhar-se política e socialmente na prossecução de novos objectivos e desafios estratégicos para o nosso país. Para tal é necessário que a equipa que vai liderar este processo negocial tenha um rumo para Portugal, antes e depois do nosso pacote financeiro.



JAMILA MADEIRA

# PARLAMENTO MOBILIZA-SE PARA APOIAR VÍTIMAS DA TRAGÉDIA CAUSADA PELO TSUNAMI

O Parlamento Europeu está a fazer todos os esforços para desbloquear o mais rápido possível a ajuda para os países do Sudeste asiático afectados pelo "tsunami", que destruiu vastas áreas de territórios e causou mais de 150 mil mortos. Os deputados socialistas apelaram, particularmente, para a necessidade das ajudas serem canalizadas rapidamente, e para que sejam instalados naquela região do globo meios de prevenção para evitar catástrofes semelhantes. Defendem também o perdão da dívida aos países que foram afectados.

Esta segunda-feira reuniram-se em Estrasburgo, à margem da reunião plenária do Parlamento Europeu, as comissões dos Assuntos Externos, Cooperação para o Desenvolvimento e Orçamento para analisar a proposta da Comissão Europeia de atribuir uma verba de 100 milhões de euros para ajuda de urgência aos países e populações afectadas. Este fundo teria assim um papel fundamental na ajuda humanitária e na reconstrução das regiões afectadas.

Os deputados socialistas chamaram a atenção para a situação de países africanos que também foram atingidos pelas catástrofes, designadamente a Somália, relativamente ao qual não está prevista a atribuição de qualquer tipo de ajuda, apesar de ser extremamente pobre.

Na semana passada, os embaixadores da Indonésia, Sri Lanka, Índia, Tailândia e Malásia encontraram-se com os deputados europeus para lhes dar conta das perdas humanas e materiais que atingiram os seus países, bem como das consequências a longo termo que daí advirão para o desenvolvimento da região. Tanto os embaixadores como os deputados consideraram que o problema mais urgente era o encaminhamento das ajudas para as pessoas mais afectadas, tendo referido também a importância de uma coordenação eficaz da ajuda internacional.

Para além da ajuda humanitária urgente – devido às enormes carências de alimentos, água potável e medicamentos – todos os participantes insistiram na necessidade de apoiar a reconstrução e

o desenvolvimento a longo termo. Tanto na Indonésia, sobretudo no norte de Sumatra, como no Sri Lanka e noutros países afectados, os esforços de reconstrução poderão prolongar-se por vários anos. A actividade piscatória, a agricultura e a indústria hoteleira foram das mais atingidas.

Os embaixadores e os deputados manifestaram a sua satisfação por alguns países terem anunciado uma moratória ou a anulação da dívida, de forma a não afectar os esforços de reconstrução. Estes temas estiveram sobre a mesa na reunião de doadores que no passado dia 6 se realizou em Jacarta. O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, considerou que para assegurar as necessidades imediatas serão necessários cerca de 740 milhões de euros para levar ajuda de emergência às populações afectadas. "Que as boas intenções e as promessas da comunidade internacional sejam rapidamente convertidas em dinheiro", afirmou Kofi Annan.

## DEPUTADOS JUNTAM 20.000 EUROS

Os 202 deputados do Grupo Socialista decidiram aliar-se pessoal e colectivamente à onda de solidariedade que existe um pouco por todo o mundo para auxiliar as vítimas da catástrofe que atingiu o Sudeste asiático, dando cada um 100 euros.

A decisão foi tomada por unanimidade e pretende ser um contributo simbólico para apoiar os esforços das Nações Unidas e da União Europeia. A verba, que ronda os 20.000 euros, será entregue às Nações Unidas. O Grupo Socialista já manifestou publicamente a sua solidariedade e pesar perante a tragédia que causou mais de 150 mil mortes, mais de 500.000 feridos e perto de 5 milhões de desalojados e carenciados.

impacte deste tipo de catástrofes naturais. Ou seja, é urgente reforçar os sistemas de prevenção e de coordenação, nas áreas do ambiente, do ordenamento do território e da protecção civil.

### Qual tem sido a participação dos deputados socialistas portugueses na discussão destes problemas?

Os deputados socialistas portugueses participaram no debate a todos os níveis (nas reuniões do PSE, nas Comissões especializadas e na sessão plenária) e apresentaram sugestões para a declaração escrita que veio a ser adoptada pelo PE. Desde a primeira hora, estiveram envolvidos e empenhados na procura de soluções de ajuda às vítimas do tsunami e de opções de prevenção para o futuro.

### Como interpreta esta onda de solidariedade a nível planetário para auxiliar as vítimas da catástrofe?

Devemo-nos congratular por esta inusitada manifestação de solidariedade activa. Por razões humanitárias, os países mais ricos do Mundo, perante as imagens chocantes e os relatos de testemunhas, não podiam ficar indiferentes nem adiar os apoios. Acresce que a dimensão da tragédia foi tal que cobriu de luto dezenas de países asiáticos e ocidentais. O balanço provisório é aterrador: 156 mil mortos de diversas nacionalidades. Só na Tailândia morreram 5303 pessoas, das quais 1354 são estrangeiros e 2159 em relação aos quais não é possível confirmar a nacionalidade. As boas consciências foram abaladas. As imagens de sofrimento e de destruição estão ainda demasiado presentes nas opiniões públicas dos países democráticos para que os senhores do Mundo delas se esqueçam. Mas, depois, como será?

## Visto de Bruxelas

### UMA ESTRATÉGIA PARA O SECTOR TÊXTIL

Janeiro de 2005 é uma data relevante para a indústria têxtil europeia: as barreiras à importação de produtos têxteis e de vestuário que, desde os anos 70, protegiam os produtores europeus das importações originárias de países de baixos custos, desaparecem definitivamente.

Aqui não há "efeito surpresa" pois trata-se da materialização das decisões que há dez anos (1994), foram tomadas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Dez anos são suficientes para o processo de adaptação empresarial e grande parte do desmantelamento das barreiras à importação foi progressivamente concretizado.

Então, porquê as preocupações actuais? Para além da coincidência com um período de abrandamento da economia europeia, a incerteza sobre os reais efeitos da liberalização agravou-se com a entrada da China para a OMC a meio do percurso (2001). O crescimento da economia chinesa, a sua agressividade exportadora e a capacidade em baixar os custos de produção constituem um forte risco adicional.

Acresce que os Estados Unidos estão a utilizar a possibilidade (prevista na OMC) de erguer medidas excepcionais de protecção temporária do seu mercado interno, o que reforçará a pressão dos exportadores chineses sobre o mercado europeu.

No actual contexto, a estratégia portuguesa tem que ser clara e num duplo sentido: primeiro, sendo a União Europeia o maior exportador de têxtil e o segundo de vestuário a nível mundial, tornam-se incompreensíveis as dúvidas que periodicamente se lançam em Portugal sobre o "interesse da indústria têxtil" (com custos brutais para a indústria e o país); este interesse deve ser um facto adquirido de uma vez por todas. Segundo, defender a indústria têxtil não é defender o imobilismo, é facilitar a adaptação e reduzir os seus custos. Assim, importa activar um conjunto de linhas concretas de acção, aqui apenas elencadas:

a) A atenção que o último Comissário do Comércio, Pascal Lamy, deu à problemática têxtil não pode abrandar, o que confere particular responsabilidade ao novo Comissário Mandelson e, sobretudo, ao Presidente Barroso. A vigilância sobre as importações da China, a disponibilidade para, se necessário, activar as medidas de salvaguarda, a pressão para que mercados terceiros (como Brasil, Índia e China) se abram às exportações e investimento europeus, o combate à contrafacção, a defesa da propriedade intelectual, o combate ao *dumping* social e ambiental no comércio são alguns temas centrais que requerem atenção e medidas concretas da Comissão, com a pressão activa dos parlamentares europeus, dos representantes patronais e sindicais, e o interesse do Conselho de Ministros.

b) Internamente, a qualidade da actuação dos agentes públicos e privados pode fazer a diferença entre a ruína do sector e uma nova fase de sucesso e modernização.

Na actual fase, quer a degradação da economia nacional quer a destruição da máquina do Estado (sobretudo na capacidade de diagnosticar e intervir articuladamente a nível regional) configuram preocupações gravíssimas.

O melhor dos cenários, para ser possível, requer, para além da atitude de empresários e trabalhadores, estímulo à inovação, instalação de empresas "de ponta", renovação do tecido empresarial, apoio à internacionalização de empresas nacionais, articulação com universidades e centros tecnológicos, formação profissional de alta qualidade e ao longo da vida.

Mas, mesmo neste cenário, os ajustamentos vão gerar impactos graves, nomeadamente no mercado de trabalho, o que requer cuidados especiais em matéria social e de emprego.

Esperemos que as mudanças que se antecipam na vida política portuguesa ainda venham a tempo de evitar males maiores.



ELISA FERREIRA

## ENTREVISTA COM EDITE ESTRELA

# UNIÃO EUROPEIA DEVE TER ACÇÃO EXEMPLAR NO APOIO AO SUDESTE ASIÁTICO

A União Europeia deve ter uma actuação exemplar no apoio às vítimas e à reconstrução das vastas áreas devastadas pelo maremoto em diversos países no Sudeste asiático, considera a deputada europeia Edite Estrela. Culminando uma série de iniciativas, o Parlamento Europeu debateu e aprovou uma declaração (ainda não disponível à hora do fecho desta edição) para a qual os deputados socialistas portugueses contribuíram activamente, bem como para que se encontrassem soluções para ajudar os milhares de vítimas da tragédia.

### Qual tem sido o contributo do PE para auxiliar os países e as populações afectadas pelo tsunami?

Para além das manifestações de solidariedade expressas na mensagem do Presidente Josep Borrell e do apoio às iniciativas dos Estados-membros e das Nações Unidas, o PE promoveu um debate na sessão plenária de Estrasburgo e assumiu compromissos financeiros e de coordenação com o Conselho e a Comissão, não só para ajudar na reconstrução das áreas devastadas, mas também na prevenção de situações futuras.

### O que pode fazer a União Europeia no seu conjunto para minorar as consequências da tragédia que atingiu o Sudeste asiático?

A União Europeia deve ter uma actuação exemplar. Mas, se é preciso remediar os estragos (na medida do possível, porque a vida de milhares de cidadãos não é recuperável), mais importante será prevenir idênticas situações. Urge retirar os devidos ensinamentos do impacto do maremoto no Sudeste Asiático. Segundo a "Estratégia Internacional para a redução de Desastres Naturais da ONU", um melhor planeamento urbano das zonas costeiras e a preservação dos ecossistemas podem reduzir o

# Eurosíntese

## FÓRUM PARA OS SERVIÇOS FINANCEIROS

O deputado Manuel dos Santos foi convidado a integrar um grupo de alto nível do Parlamento Europeu dedicado à análise da evolução dos serviços financeiros e finanças públicas da União Europeia. Designado "Comité de Dirección do Fórum do Parlamento Europeu para os Serviços Financeiros, tem já marcadas reuniões para os próximos meses, em que serão analisados temas como "Os requisitos dos Mercados de Capitais: Globais ou europeus?", o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, a criação de uma área de pagamentos única na Europa, o diálogo financeiro entre a União Europeia e os Estados Unidos.

## RELATÓRIO DA CONCORRÊNCIA/2003

O XXXIII Relatório da Concorrência da União Europeia (2003), actualmente em análise na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, foi objecto de um conjunto de propostas de alteração apresentadas pela deputada Elisa Ferreira, no sentido de promover medidas que promovam a competitividade das empresas e o cumprimento das metas da Estratégia de Lisboa. A deputada sublinhou o papel das ajudas de Estado à Investigação e ao Desenvolvimento como importantes incentivos às PME e defendeu a clarificação do conceito de "serviços de interesse geral". Elisa Ferreira lembrou igualmente a necessidade de uma maior interacção entre a política de concorrência da União e a política comercial externa, quer no quadro da OMC quer no relacionamento bilateral com os principais parceiros comerciais.

## FIXAR ESTRATÉGIA PARA ULTRAPERIFERIAS

O bolo financeiro dedicado à Política Agrícola Comum devia ser diminuído, por forma a poderem ser disponibilizadas mais verbas para a coesão económica e social, defendeu o deputado Emanuel Jardim Fernandes na Comissão de Desenvolvimento Regional do PE. A defesa desta tese deve-se ao facto do deputado considerar existirem grandes carências estruturais nos novos Estados-membros e nos países que ainda beneficiam das ajudas estruturais da União.

Por outro lado, Emanuel Jardim Fernandes promoveu um encontro com o objectivo de fixar a estratégia a adoptar pelos eurodeputados das regiões ultraperiféricas. O grupo dedicou, naquela reunião, uma atenção particular à produção da banana na União Europeia, actividade de grande importância para a Madeira.

## RELATÓRIO SOBRE INCÊNDIOS EM ATRASO

O Governo português tem a obrigação de apresentar à Comissão Europeia um relatório sobre a utilização dos 48 milhões de euros que Portugal recebeu do Fundo de Solidariedade da União, na sequência dos incêndios do Verão de 2003, defendeu a deputada Ana Gomes. Para Ana Gomes, o documento deverá permitir a verificação do grau de eficiência e rapidez na aplicação e, sobretudo, na distribuição da ajuda às vítimas. "Deve ser o actual Governo a apresentar o relatório devido à Comissão, antes mesmo das eleições de Fevereiro. Que haja sentido de honra e responsabilidade para não passar esta incumbência para o próximo Governo", considerou.

## QUALIDADE NA FUNÇÃO PÚBLICA EUROPEIA

"A qualidade da função pública europeia não sai enfraquecida devido ao recurso limitado a agentes temporários", afirmou a Comissão Europeia em resposta a uma pergunta escrita da deputada Edite Estrela. A deputada pretendia saber qual o número de funcionários portugueses a trabalhar nas instituições europeias e também se não estaria a haver um recurso exagerado a agentes temporários em detrimento dos candidatos em listas de reserva. "Os agentes temporários a recrutar devem possuir as qualificações, em termos de educação/formação e experiência profissional, idênticas às dos funcionários que ocupariam postos de trabalho equivalentes", afirma a Comissão.

## FICHA TÉCNICA

**Edição** Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

**Editor** Paulo Pisco

**Paginação** Francisco Sandoval

**Periodicidade** Mensal

**Tel.** 213 822 000

**Fax.** 213 822 037

**Email** ppisco@pps.pt

**Endereço** Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

## PRIORIDADES 2005-2009

# SOCIALISTAS EUROPEUS QUEREM EXCELÊNCIA NAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Entre os desafios que se colocam à União Europeia ao longo da próxima legislatura, o Grupo Socialista no Parlamento Europeu estabeleceu quatro objectivos centrais a atingir pelas políticas comunitárias e nacionais, consubstanciados na procura da excelência em todos os domínios, particularmente a nível político, económico, social, ambiental e assuntos externos, para que o resultado final possa ser a melhoria da qualidade de vida para os cidadãos europeus.

Num documento aprovado a semana passada, intitulado "Desenvolver a Europa – Prosperidade, Igualdade, Solidariedade", são definidos como objectivos centrais para os próximos cinco anos as orientações que permitem atingir

"Uma Europa do progresso social e do pleno emprego", "Um ambiente mais seguro e melhor protegido", "Uma Europa de liberdade, segurança e Justiça" e "Uma Europa mais forte num mundo mais pacífico".

Quanto ao primeiro objectivo, partindo do princípio que o actual crescimento económico é insuficiente para criar mais e melhores empregos, o fraco nível de implementação da Estratégia de Lisboa é objecto de "grande preocupação" por parte dos socialistas europeus. Defendem, por isso, a revitalização urgente da Estratégia de Lisboa, mantendo os seus objectivos originais e a sua agenda, que pretende simultaneamente o reforço da competitividade europeia e a preservação da protecção social e a defesa do ambiente.

"A implementação dos ambiciosos objectivos da agenda de Lisboa – afirma o documento – exige um crescimento mais orientado, maior cooperação e coordenação das políticas económicas nacionais, com a actualização do Pacto de Estabilidade e Crescimento".

Os Estados-membros são encorajados a aumentar gradualmente o seu investimento público "inteligente", em investigação e desenvolvimento, educação e formação e em infraestruturas através de uma coordenação nacional e transnacional dos projectos de investimento público com um nível de retorno social suficientemente amplo. Entre outras coisas, o esforço nacional de investimento público deve ter bem presente a meta dos 3 por cento do PIB nacional destinados à investigação científica e tecnológica.

Quanto à prossecução de "Um ambiente mais seguro e melhor protegido", os socialistas europeus consideram que a União Europeia deve consolidar o seu papel chave como actor global na defesa de um desenvolvimento sustentável a nível nacional e internacional. A promoção das energias renováveis e a redução das emissões de



CO2, são domínios particularmente importantes em que se deve insistir. "O ambiente é o nosso maior bem comum e a política ambiental é uma política comunitária central – afirma o documento. No entanto, a dimensão ambiental é horizontal e, por isso, está incluída noutras políticas. É necessário pôr em destaque a forma como estas necessidades em termos ambientais são levadas em consideração noutras políticas chave, como o desenvolvimento rural, transportes e redes transeuropeias, regulamentação industrial e promoção da responsabilidade social".

No âmbito de uma Europa de liberdade, segurança e justiça, o objectivo central é garantir a segurança dos cidadãos, sem pôr em causa o respeito integral dos direitos fundamentais. "O combate ao terrorismo e ao crime organizado exige o emprego de todos os instrumentos disponíveis, em absoluta conformidade com os nossos princípios democráticos", afirma o documento do Grupo Socialista. O respeito pela diversidade cultural e a liberdade de expressão, a criação de condições de segurança nas fronteiras externas da União e a prevenção do abuso nos pedidos de asilo, são outros domínios chave em que a União Europeia deve aprofundar a sua acção.

Quanto ao quarto objectivo, os socialistas europeus defendem a revitalização do papel da União Europeia no processo de paz no Médio Oriente, contribuindo activamente para se encontrar uma solução política que permita aos palestinianos viverem no seu Estado independente, ao lado "de um Israel seguro". Enquanto líder regional e parceiro global, a União Europeia deve reforçar a sua capacidade para promover os direitos humanos, o Estado de Direito e a democracia, bem como a luta contra a pobreza e as desigualdades, através de políticas e iniciativas bilaterais e multilaterais que promovam um desenvolvimento sustentável e a estabilidade política.

## CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

[www.partido-socialista.net/pspe](http://www.partido-socialista.net/pspe) - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

**António Costa** - Presidente da Delegação Socialista; Vice-presidente do Parlamento Europeu; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Mercado Interno e Protecção dos Consumidores

**Ana Gomes** - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

**Capouças Santos** - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

**Edite Estrela** - Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

**Elisa Ferreira** - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

**Emanuel Jardim Fernandes** - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

**Fausto Correia** - Comissão do Emprego e Assuntos Sociais; Comissão dos Transportes e Turismo

**Francisco Assis** - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos

Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

**Jamila Madeira** - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego e Assuntos Sociais

**Manuel dos Santos** - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

**Paulo Casaca** - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

**Sérgio Sousa Pinto** - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

## ENDEREÇOS ÚTEIS

[www.socialistgroup.org](http://www.socialistgroup.org) - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

[www.pes.org](http://www.pes.org) - Página do Partido Socialista Europeu

[www.socialistinternational.org](http://www.socialistinternational.org) - Página da Internacional Socialista

[www.ps.pt](http://www.ps.pt) - Página do Partido Socialista

[www.europarl.eu.int](http://www.europarl.eu.int) - Página do Parlamento Europeu

[www.europa.eu.int](http://www.europa.eu.int) - Portal da União Europeia